Indenizações a Povos Indígenas, Políticas Indigenistas e o Paradigma da ‘Sustentabilidade’

Lucas Cimbaluk^a

Resumo: Este artigo objetiva a discussão da ‘sustentabilidade’ colocada em projetos oriundos de indenização devido a empreendimento hidrelétrico a comunidade indígena de etnia *kanhgág* no norte do estado do Paraná. Traz leitura histórica dos projetos econômicos e de terras que foram implementados ao longo de séculos de colonização e suas consequências. Procura de outro lado evidenciar perspectivas indígenas frente a estes projetos, discutindo e contextualizando tais perspectivas no seio das dificuldades enfrentadas diante das propostas atuais que buscam melhorias e superação de aspectos das políticas anteriores, mas que esbarram nas condicionantes históricas traçadas por essas políticas e que ainda trazem seus efeitos.

Palavras-chave: Indenizações, Sustentabilidade, Povos indígenas, Kaingang.

Dedicado a Lorival Ren Vai de Oliveira.
In memoriam.

Este artigo¹ tem o objetivo de discutir a proposição da noção de sustentabilidade atribuída a novos projetos com povos indígenas derivados de indenizações e novas formas de interação entre brancos e índios que podem ser aproximadas a formas anteriores de relação em

^a Doutor em Antropologia Social (UFSC). Técnico do IPHAN. Email: lucas.cimbaluk@gmail.com.

seu resultado, ainda que partam princípios de mediação e participação indígena em seu processo constitutivo. O referencial para a discussão é o caso de uma indenização percebida por uma comunidade indígena, decorrente de impactos pela instalação e uso por décadas de área de Terra Indígena para a geração de energia elétrica. Teve um resultado financeiro cujo maior montante foi previsto para investimento em programas a serem executados com estudo e acompanhamento de profissionais não indígenas, voltado à ‘sustentabilidade’ da comunidade, com resultado previsto primordialmente a médio e longo prazo.

Buscando uma perspectiva comparativa histórica, apresento as propostas de catequização, civilização, assimilação impostas sucessivamente e de maneira contínua aos indígenas, em particular referindo-me ao caso da região do Paraná, destacando diferentes formas de se pensar a ‘sustentabilidade’ das atividades econômicas propostas a esta população, apropriando-me da ambiguidade do termo. Indico como as usinas hidrelétricas estiveram e estão imersas na política de restrição territorial e uso de recursos naturais das áreas reservadas na região e como, a partir de indenização por sua presença histórica dentro de área indígena, surge nova proposta de ‘sustentabilidade’, com novos modelos que, ainda que mais *mediados*, mantém certas características das propostas anteriores em especial por não haver mudança na política fundiária. Apresento finalmente uma leitura da perspectiva econômica e política indígena e a consequente dificuldade em implementação de projetos inovadores com novos conceituais, apesar de sua inicial receptividade. Sobretudo a partir do momento em que mostram seu pouco rendimento e resultado por proporem lógicas não indígenas.

Tenho como foco específico a Terra Indígena (TI) Apucarana², de etnia *kanhgág*³, localizada no município de Tamarana, distando 25 km do núcleo urbano deste, e a 80 km do núcleo urbano de Londrina, cidade polo regional no norte do Estado do Paraná. A área da TI é de pouco mais de 5,5 mil hectares, tendo seus limites em sua maior extensão nos rios Apucarana, Apucaraninha e Tibagi, todos integrantes

da bacia deste último, que deságua no Rio Paranapanema. A área é rodeada principalmente por grandes fazendas de produção de grãos. A população da TI Apucarana, girando em torno de 1600 pessoas (SIASE/2015) estava dividida em quatro aldeias e acampamentos de retomada de terras. Na bacia do Tibagi, existem atualmente mais quatro terras indígenas: São Jerônimo, Barão de Antonina, Queimadas e Mococa, tendo maioria a etnia *kanhgág*, havendo também população guarani e xetá.

Guerras e alianças: aldeamentos capuchinhos e ‘sustentabilidade’ através dos alambiques

Como chama a atenção Perrone-Moisés (1992), desde os primeiros séculos da colonização portuguesa na América, as relações com os indígenas variaram entre a política de promoção de alianças e fixação à terra, através dos aldeamentos, e de outro lado a guerra e escravidão para os grupos considerados inimigos. Os aldeamentos foram por longo período administrados por religiosos, para que os índios fossem catequisados e civilizados. Já as guerras visavam promover extermínio ou servidão de povos considerados bárbaros. Como nota a autora, as perspectivas políticas e efetivação destas alternativas variaram constantemente, mas predominando como estratégias vislumbradas. A ambiguidade destas estratégias é expressa pela constante vacilação em relação a elas, mesmo nas consideradas guerras justas, realizadas aos povos vistos como bárbaros, cuja alma seria imoldável aos princípios cristãos.

Mesmo no século XIX ainda tais alternativas se colocavam, não havendo uma direção única nas complexas relações entre os diversos grupos indígenas e colonizadores ao longo do tempo. No caso do Paraná, temos guerra declarada em 1808 por D. João VI aos Kaingang do sul do Estado. Do lado das políticas de aliança, após a breve tentativa espanhola de estabelecimento das missões Jesuíticas do Guairá no interior do que hoje é o Estado do Paraná no início do século XVII, seria apenas em meados do século XIX que se iria novamente

tentar aldear indígenas da região, desta vez por iniciativa portuguesa, apoiada no trabalho missionário de padres capuchinhos. Dos oito aldeamentos que se tentou implantar entre as províncias de São Paulo e do Paraná, apenas dois tiveram presença significativa *kanhgág*, ambos na Bacia do rio Tibagi: o Aldeamento de São Pedro Alcântara, criado em 1855 e São Jerônimo, criado em 1858. Como analisa Marta Rosa Amoroso (1998), estes aldeamentos confundiam-se no cumprimento das atribuições de conter e civilizar a população indígena, sendo a transformação do índio em aliado na fronteira corrente no meio militar da Colônia à República. Assim, ao lado de São Pedro Alcântara, na outra margem do Tibagi, foi criada também a Colônia Militar do Jataí, com atração de Guaranis Kaiowá vindos do Mato Grosso, para auxiliar a ‘pacificação’ dos Kaingang.

Os próprios aldeamentos sofreram com ataques de *kanhgág*, considerados elemento ‘desagregador’. Mas em sentido contrário, o Aldeamento de São Jerônimo foi formado, em fazenda homônima do Barão de Antonina, justamente após uma aproximação *kanhgág*, que inicialmente armada e guerreira, posteriormente tornou-se amigável. Estes aldeamentos eram compostos por índios considerados em diferentes categorias: aldeados, agregados e índios do sertão, conforme seu maior ou menor grau de permanência e relação com o aldeamento. Segundo Amoroso, o envolvimento ao aldeamento possuía quatro vias: epidemias; sedução pelo paladar e ferramentas; sedentarização pelo trabalho agrícola; abandono de práticas condenadas e cristianização, através do exemplo edificante. Assim, desde o princípio fica evidente a tentativa de fixação, bem como transformação dos índios em trabalhadores agrícolas. Os grupos indígenas ficavam acampados ao redor da sede do aldeamento conforme etnias e divergências inter e intraétnicas. Importante notar, porém, que até meados do século XX, as alternativas de aproximação dos indígenas e ocupações territoriais não indígenas conviviam com alternativas de manutenção de autonomia e dispersão territorial, organizada em pequenos grupos com suas respectivas lideranças, nos chamados Toldos. A política de aproxima-

ção por determinadas lideranças aos aldeamentos também passava por desentendimentos entre lideranças indígenas, gerando desafetos e conflitos abertos entre elas (Laroque 2000).

Economicamente, os aldeamentos capuchinhos do Tibagi tentaram se manter através da implantação da cadeia produtiva da cana-de-açúcar e aguardente, sendo implantados alambiques. Tal alternativa econômica não era vista como contraditória ao trabalho missionário, focada na possibilidade de uso de mão de obra na produção semi-industrializada que poderia reverter lucros, tendo em vista o mercado, ainda insipiente na região. Os Kaingang instalados ao redor dos Aldeamentos sempre buscaram o controle total da cadeia produtiva, indicando busca pela autonomia em relação aos brancos, e ao mesmo tempo a perspectiva econômica que envolvia estes mesmos brancos.

Ainda que os aldeamentos visassem uma espécie de autossustentamento, na perspectiva indígena daqueles que colaboravam com este trabalho podemos ver as tentativas de apropriar-se desta inovadora estratégia econômica. Seguindo relatos *kanhgág*, existe a possibilidade de que tais alambiques tenham sobrevivido à extinção dos Aldeamentos em meados do século XIX, após repetidos surtos epidêmicos e decadência da produção, havendo um período de trabalho autônomo entre a tentativa dos aldeamentos e o movimento colonial seguinte (Almeida 2014). O declínio da relação vista como vantajosa por certos grupos fez inclusive com que novas aproximações por parte do governo republicano, fossem vistas com desconfiança (Mota 2014:369).

Processos de estatização e tutela

Como aponta Souza Lima (1995), após o fim do império, viria a se conformar outra forma de abordagem sobre o indígena, com o projeto de transformá-lo em *cidadão nacional*, a partir de princípios positivistas. Neste sentido, e acompanhando projetos de fixação da população rural no campo, seria criado o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN) em 1910. Houve um enfoque maior sobre a questão fundiária nas décadas seguintes e

incorporação através transformação em um outro sujeito, isto é, não mais o *cristão*, mas o *cidadão*.

O autor aponta alguma continuidade no sentido da *conquista*, que se efetivava desde cedo ou pela guerra ou pela aliança. O sentido geral desta conquista, no entanto, tem sentido central de dominação, de lógica guerreira, pois seu resultado altera o controle dos recursos nos territórios conquistados e o status de seus componentes. Ela supera o binarismo destruição/resistência, já que procura usar em seu favor os recursos disponíveis. E neste processo o *poder tutelar* se coloca, sob diferentes matizes, como meio de mediação e arbítrio entre organização administrativa conquistadora, povo conquistador e aliados do conquistador, permitindo mediação sem tomar partido em disputas, acumulando poder e tirando benefícios do conflito, operando através de procedimentos semióticos (Souza Lima 1995:55). Isto não significa, porém, que da perspectiva indígena não sejam usados recursos no sentido de também negociar e agir conforme seus próprios entendimentos, política e potencialidades nas situações.

Mesmo que especialmente a partir do século XX tenhamos significativas alterações na forma de relação com os indígenas a partir dos princípios positivistas, inclusive com a difusão da ideia romântica do índio como herói nacional, como símbolos idealizados da nacionalidade, o sentido geral da dominação seguiria semelhante, operando através das *pacificações* e *atrações*, atualizando métodos de relações de violência às relações de poder, operadas de maneiras bastante peculiares em cada caso. No plano assimilacionista e econômico, se mantém o sentido do uso da mão de obra indígena tanto como processo moral civilizador, como apoio para a própria presença colonial, ainda que em condições distintas, principalmente a partir da proposta de monopolização da definição dos territórios e povos ocupantes até sua completa assimilação.

No Tibagi, com o fim dos Aldeamentos e a criação de fazendas, entre o fim do século XIX e início do século XX, e sem uma política específica quanto à destinação de terras a indígenas pela Constituição

de 1897, após mobilizações de políticos com interesses e propriedades na região, surgiria a opção da criação de um espaço destinado aos indígenas. Conforme relata Kimiye Tommasino (1995), proprietários liderados pelo deputado Martins Franco, desejavam a transferência dos indígenas de São Jerônimo para a outra margem do rio Tibagi, liberando a Fazenda São Jerônimo. Com este propósito foram, “reservadas, para estabelecimento de colônias indígenas, as terras devolutas sitas entre os rios Tibagy, Apucarana, Apucarantina e serra do Apucarana”, através de decreto do Governador em 1900. Esta área, nunca demarcada, abrangeria entre 50.000 e 80.000 hectares. No entanto, não teve sucesso o intento, sendo também reservada outra área na outra margem, em 1911, através de outro decreto, abrangendo a Fazenda São Jerônimo, local do antigo aldeamento.

A intensificação da colonização do norte paranaense se deu pela iniciativa do Governo do Estado, a partir da década de 1920, de concessão de terras a empresas privadas de colonização, com destaque no caso de Londrina para a Companhia de Terras Norte do Paraná, subsidiária da inglesa Paraná Plantations Ltd. Esta colonização foi impulsionada principalmente pela frente de expansão agrícola do café. As companhias de colonização faziam loteamentos e implantavam infraestrutura básica para os colonos. Desta forma, a região teve um crescimento populacional muito acelerado e junto a este processo, as terras indígenas já existentes foram reduzidas para dar lugar a colonos e fazendas cedidas ou vendidas pelo governo estadual.

As populações indígenas foram sendo realocadas ou impelidas a moverem-se para outras áreas, permitindo restringir o espaço de ocupação indígena e ao mesmo tempo transformar os índios em agricultores, ou *trabalhadores nacionais*, nos moldes similares aos dos colonos. A partir daí, ficaria mais evidente o caráter fundiário dos trabalhos de aldeamento. Na década de 1940, já quando do projeto de *Marcha para Oeste* vinha sendo proposto a nível nacional, foram assinados decretos do Governo do Paraná, ‘reestruturando’ as áreas destinadas aos indígenas. Utilizando o referencial do antigo módulo agrícola do

INCRA, com base em 100ha por família de 5 pessoas, decretos oriundos de acordo entre governos federal e estadual expropriaram as já reservadas áreas indígenas, reduzindo-as a algo em torno de 10% do que eram antes (Tommasino & Mota 2006). Para a TI Apucarana restaram 6.300ha, sendo atualmente demarcados 5.574ha.

Os indígenas resistiram à concentração territorial. Como explora Novak (2017), a efetivação de transferência de todos os Toldos da região oeste do Tibagi na região do rio Apucarantina, só seria concluída na década de 1960. Por outro lado, as áreas nunca foram completamente desintrusadas como também previa o acordo, sendo mantidas formas de arrendamento em complexas relações entre os foreiros, agentes indigenistas e indígenas. A desintrusão só viria a acontecer após mobilizações indígenas da década de 1980. Estas relações, porém, deixariam também suas marcas.

Mesmo antes da demarcação, desde 1942 havia em Apucarana um Posto Indígena, sendo que anteriormente a área era administrada pelo Posto de São Jerônimo. A ação estatal na região, coordenada pelo SPI entre as décadas de 1950 e 1960 até sua extinção e substituição pela FUNAI, e também posteriormente por esta até a década de 1980 foi marcada pela criação dos sistemas de trabalho assalariado, e também posteriormente com ‘cantina’, em que os indígenas trabalhavam em ‘roças coletivas’ geridas pelos administradores dos Postos, modificando formas de organização produtivas indígenas. Paralelamente a isso, os chefes de posto efetivavam contratos de exploração madeireira e arrendamento de terras. A renda paga por estas formas de exploração do território indígena já reduzido eram as grandes fontes de renda do próprio Posto Indígena. Mesmo após o fim destes sistemas, a FUNAI incentivou o plantio ‘coletivo’, abandonado na década de 1980 (Almeida 2004). A mão de obra indígena também foi explorada em serrarias e olarias, promovendo o desmatamento, uso e venda indiscriminado de recursos florestais, antes abundantes em nobres pinheirais. Muitas vezes os arrendatários também utilizavam mão de obra indígena.

Estas ações tinham como fim a manutenção da estrutura administrativa dos Postos, nem sempre sendo os recursos aplicados nos locais e Postos onde foram produzidos. Nos projetos governamentais, os indígenas recebiam apenas a alimentação em troca de seu trabalho, o que os leva a caracterizar o sistema como regime de escravidão (Tommasino 1995). Era um sistema criado para se autossustentar, ou seja, a exploração visava a manutenção do próprio sistema exploratório e controle das populações indígenas, vistas como um trabalho positivo visando sua assimilação. Estas ações eram garantidas, de um lado, pelo uso da violência, punições com cadeias, trabalhos forçados, transferências e, de outro lado, um sistema de benefícios e dádivas centralizado. As medidas causaram grande impacto sobre as formas de chefia e poder no seio de cada grupo e na relação entre eles.

Como analisa Fernandes (2006), se antes os chefes de cada grupo local tinham autonomia, com o processo de colonização, a figura do *capitão*, depois denominado *cacique* passa a ser a de um articulador entre comunidades e negociador com o universo das autoridades dos brancos e com isso ganhando preeminência maior frente aos grupos locais, gerando chefes autoritários, e multiplicação de patentes militares entre indígenas, em processo de hierarquização, e possibilitando ao longo do tempo e a grande custo, como destaca Ramos (2005), a estratégia colonial de concentração dos índios em grandes núcleos populacionais em Aldeias Sedes, mobilizando sucessivas transferências dos antigos Toldos, geralmente dispersos por vastas regiões. No caso de Apucarana, a criação de sua atual Aldeia Sede está também vinculada à criação da UHE Apucarantina no mesmo período.

A usina Apucarantina e restrição da ocupação indígena na região

Os primeiros empreendimentos na Bacia do Tibagi datam da década de 1940. A Usina Hidrelétrica (UHE) de Apucarantina, que foi inaugurada em 1949, é a origem da indenização de que tratarei aqui. Sua história se confunde com a própria história de definição dos atuais limites da TI Apucarana.

A UHE Apucarantina foi construída pela iniciativa da Empresa Elétrica de Londrina S.A. (ELSA), e com a extinção desta, foi incorporada integralmente pela Companhia Paranaense de Energia (COPEL)⁴ em 1974. A usina funciona com o aproveitamento do Salto Grande, com 125 metros de altura, no rio Apucarantina. Dois reservatórios fazem parte do empreendimento, sendo o menor, mais próximo da aldeia Sede (antigo Posto Indígena), chamado de Apucarantina. E o outro, de regularização, a montante do primeiro, denominado de Fiú, a cerca de cinco quilômetros da aldeia Sede. A Casa de Força localiza-se a jusante do Salto Grande, tem capacidade instalada de 10MW, sendo considerada, por isso, usina de pequeno porte.

A implantação de infraestrutura voltada à colonização vinha a impactar diretamente as comunidades que estavam sendo deslocadas. Assim, a usina de Apucarantina foi construída, bem como outras usinas de pequeno porte na região, para abastecer principalmente o município de Londrina, que cresceu rapidamente a partir da década de 40. A construção desta usina teve início em 1946, entrando em operação em 1949. Como aponta Novak (2017), o início das obras representou atrativo para alguns grupos *kanhgág*, que se mudaram para a região, tendo sido empregados de forma remunerada e também estabelecendo trocas com outros trabalhadores e responsáveis pela obra. Logo também o empreendimento foi visto com grande interesse pelos representantes locais do SPI, que desejavam a instalação de energia elétrica de maneira permanente no Posto, cuja sede inclusive foi deslocada para próximo da usina. Outros grupos e famílias indígenas, porém, mantiveram-se distantes, dispersos pela região, e alguns relataram que se recusaram a trabalhar após ouvirem os grandes estrondos decorrentes da explosão das rochas. Datam deste período também a instalação de serrarias para realização do desmatamento com mão de obra indígena do futuro reservatório e outros locais da pequena área lhes restauraria depois da restrição territorial. A Usina foi decisiva para a definição de novo local para o Posto, tendo sido alterada a proposta de delimitação da área reservada aos índios para próximo

à usina, tendo sido forçados posteriormente os demais Toldos da região a se mudarem para nova área, sendo que alguns, ao invés disso, optaram por ir para outras regiões. Além disso, a área reservada ficou às margens do Tibagi, em região de terras dobradas, restando uma parcela pequena de áreas planas agricultáveis.

A definição da nova área para os indígenas fez com que a usina ficasse parcialmente dentro dela. Atualmente a área da TI ocupada pela UHE Apucarantina é de 39,9 ha, mas antes de acordos da década de 2000, narrados a seguir, eram ocupados 276,73 ha, com área de conservação e vila residencial destinada a funcionários. A ocupação desta área e operação da Usina era feita com contrapartida financeira pelas empresas responsáveis em forma de arrendamento. Documentos levantados por Novak (2017) indicam para a possível existência de algum acordo entre técnicos do SPI e responsáveis pela Usina, uma vez que o valor do arrendamento foi por bastante tempo exatamente igual ao do custo de energia elétrica usada no Posto.

A partir desta caracterização, voltando a Souza Lima (1995), podemos vislumbrar a elaboração do *cerco de paz*, num contexto de operacionalização das estratégias de tutela, ou seja, da ação de um Estado imaginado como nacional sobre as populações que procura abarcar, governamentalizando e definindo status e forma de relação, através da organização militar, definição de seu povo e finalmente apropriação do *butim*, quando arregimenta o cativo e seus bens, terras e recursos, transformados em mercadorias, resultado de efetiva ‘guerra de conquista’.

De um ponto de vista econômico, vemos que isto se colocou através da tomada dos recursos naturais, das terras e o estabelecimento de regimes de trabalho e exploração de recursos que visavam uma sustentação da própria estrutura de dominação, reduzindo seus custos operativos, tornando-a idealmente autossustentável.

De um ponto de vista indígena a visão de uma aproximação à usina representava um interesse em apropriação da mesma, como aponta Novak (2017), havendo a perspectiva de que os indígenas pudessem

operar a usina, algo inviabilizado justificando-se a falta de estudos deles. Isso pode ter incentivado algumas famílias indígenas a investirem na educação escolar, ainda que a proposta de trabalho não se realizasse.

As perspectivas de captura das agências do outro, portanto, eram de alguma maneira, mútuas, ainda que se expressassem muito diferentemente e com condições diversas. Se a usina representava uma tomada de recursos naturais ‘disponíveis’, de outro lado, era a possibilidade de captura de agências e potências dos brancos.

Se este contexto predominaria até a década de 1980, a partir de então, novos posicionamentos combativos das populações indígenas poderiam dar margem a novas interpretações relativas, não tanto ao poder tutelar, que pode seguir predominante ideologicamente de um ponto de vista não indígena, mas ao processo e meios relacionais de dominação em contextos específicos, como chama a atenção Souza Lima (1995).

Luta pela indenização

Nos anos 1970 e 80, sendo a causa indígena um dos temas centrais de movimentos populares que se propagaram pelo país, no fim dos anos 1980, consegue-se alguns avanços relativos no direito indígena, congregando múltiplos interesses sobre o futuro da política de terras e recursos naturais no Brasil. O poder tutelar seria supostamente suprimido dando lugar à possibilidade de autorrepresentação. Não obstante, permanece o Congresso Nacional como agente supremo com a possibilidade de decidir sobre a autonomia dos grupos em certos casos e ainda surge o Ministério Público, que deveria *intervir* em todos os atos dos processos em defesa dos direitos e interesses indígenas. Além de se manter a FUNAI na relação direta com as comunidades.

Neste contexto, desde fins da década de 1970 e inícios da década de 1980 as comunidades indígenas da região do Tibagi, a partir da luta pelo desintrusamento das áreas, se mobilizaram politicamente e reverteram a relação estabelecida com os Chefes de Posto, com expulsão de alguns deles. Desde então, os indígenas em Apucarantina

também demandavam revisões do acordo estabelecido com a COPEL, especialmente no que dizia respeito ao valor pago pela empresa. Apesar de funcionários da empresa residirem no local, a convivência parecia ser amistosa, com inclusive casos de oferta de mulheres aos funcionários (Almeida 2004), estratégia indígena de aliança conhecida desde o início do contato, ainda que transformada. No entanto, os relacionamentos estabelecidos entre funcionários e indígenas podiam ser também conflituosos (Novak 2017). A partir dos anos 1980 principalmente, houve drástica redução da presença de funcionários ou outros trabalhadores não indígenas residindo no local até sua atual praticamente ausência completa.

A UHE Apucarantina não é o único projeto a impactar os indígenas na região. Na década de 1960, foram feitos os primeiros estudos de inventários considerando a Bacia do Tibagi como um todo, com a identificação de 9 grandes empreendimentos, revistos posteriormente, chegando-se a 8 empreendimentos em 1997, aprovados então pela Aneel, incluindo alagamento de áreas das já restritas TI da região. Após larga mobilização indígena, em 1998, o licenciamento da UHE São Jerônimo, que alagaria parcialmente a TI Apucarana e também a TI Mococa, o processo foi arquivado, mesmo já tendo ocorrido o leilão de concessão. Considerou-se que os estudos de impacto deveriam considerar a Bacia como um todo, com a integralidade das 8 usinas planejadas, e não isoladamente⁵. No entanto, em 2004 os projetos retornam, sendo a UHE Mauá, a primeira usina de grande porte no Rio Tibagi, inaugurada em dezembro de 2012 entre os municípios de Ortigueira e Telêmaco Borba no estado do Paraná. A TI Apucarana foi uma das oito TI das Bacias Hidrográficas do Tibagi e rio das Cinzas consideradas como impactadas⁶.

O sucesso do arquivamento do processo da UHE São Jerônimo a partir das mobilizações indígenas e não indígenas também não se deu sem divergências entre lideranças indígenas, com a proximidade de algumas delas a um deputado interessado no projeto, certamente com promessas feitas às lideranças, que novamente viram maneiras de

se apropriar parcialmente do empreendimento e das relações que ele proporcionava com importantes agentes não indígenas.

A mobilização acentuou a demanda da comunidade e suas lideranças em relação à revisão do acordo em vigor com a COPEL pela usina de Apucarantina. Iniciaram-se manifestações, inclusive com fechamento e ocupação desta usina, e em 2001, com a *intermediação* do Ministério Público Federal (MPF) e *acompanhamento* da FUNAI, a comunidade conseguiu declarar a nulidade dos acordos anteriormente firmados com as empresas responsáveis⁷. Evitando a judicialização da questão, a COPEL aceitou a assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).

Em 2002 foi assinado o primeiro TAC (BRASIL 2002), para a revisão do valor pago como compensação pelo funcionamento da Usina de Apucarantina, regulamentação de seu pagamento e também do acesso, redução e delimitação da área ocupada para geração de energia elétrica. Com este recurso, a comunidade pagaria seu consumo de energia à COPEL (como já vinha sendo feito anteriormente) e o restante deveria ser gasto conforme Plano de Aplicação previamente estabelecido, com *supervisão* da FUNAI e MPF. Em pouco tempo o valor desta compensação passou a ser revertido à própria COPEL pelo aumento do consumo de energia elétrica pela comunidade.

Em 2002 a FUNAI iniciou estudos para quantificação financeira dos impactos decorrentes da instalação e operação da Usina chegando a valor que podia atingir 60 milhões de reais. O estudo foi contestado pela COPEL, com avaliação paralela chegando aos cinco milhões de reais.

Sem uma solução, em 2006 a comunidade montou acampamento junto à casa de máquinas da Usina, paralisando mais uma vez seu funcionamento. A manifestação ocorreu entre o primeiro e segundo turnos da eleição que incluía votação para Governo do Estado, acentuando seu peso político regional. A manifestação é lembrada como sofrimento à comunidade em especial por dela terem participado mulheres e crianças, em condições precárias. É destacado pelas lideranças

que os funcionários mantidos no local, por outro lado, eram bem servidos e bem tratados.

Com ameaça de queima da casa de máquinas pelos indígenas, com a suposta alocação de tambores com combustível no local, a COPEL marcou reunião em Londrina com o então diretor de geração da empresa. Os índios, pintados para a guerra negociaram frente a frente com o diretor, no que foi caracterizado a mim por liderança indígena como um ‘leilão’, em que a empresa dava seus lances, e os índios se reuniam para discutir o aceite ou não, até chegar-se ao valor de 14 milhões de reais.

Após esta negociação, em 2006 foi assinado outro TAC (BRASIL 2006) *intermediado* pelo MPF, estabelecendo a forma de pagamento e uso de tal recurso. O objeto do termo é “a criação e implementação do programa gerador de projetos de *sustentabilidade socioeconômica e ambiental* da Comunidade Indígena Apucarantina” com duração entre 10 e 20 anos, que seria *coordenado* pela COPEL Geração S.A., em *gestão compartilhada* com a comunidade, *supervisão e assessoramento* da FUNAI e *fiscalização* do MPF, através de um Comitê-Gestor, com assento para representantes da Comunidade, COPEL, MPF e FUNAI, com decisões baseadas em consenso.

Vinte por cento do recurso seria apropriado pela comunidade por critérios estabelecidos por ela própria, pagos dezembro de 2006 pela COPEL, através da Associação de Moradores. O recurso foi distribuído por família nuclear, ou seja, para cada casal e seus filhos, conforme a quantidade destes. Foi gasto em parte com móveis para as residências, eletrodomésticos e veículos automotores. Em menor grau foi utilizado para outros fins, como reformas ou melhorias na residência ou compra de animais.

Os oitenta por cento restantes do total do recurso da indenização comporia um Fundo para “aplicação obrigatória em projetos de sustentabilidade socioeconômica e ambiental devidamente aprovados” pelo Comitê-Gestor. Não poderiam ser utilizados para atender ações que seriam de responsabilidade do Estado, como por exemplo, ações básicas de saúde, educação, acesso viário, etc.

Dentro da empresa, existia inicialmente uma visão de controle de gastos desenfreados pelos indígenas, o que poderia gerar novos pedidos e manifestações pela comunidade, quando não de qualquer gasto dele. Desta forma, era estratégica a permanência da empresa na gestão de tais recursos. De outro lado, esta manutenção é em parte justificada pela responsabilidade da empresa das contratações para fundamentação dos programas. A empresa, assim, não se isentaria de responsabilidade após o pagamento da indenização. Cabe destacar que dentro da própria empresa havia visões distintas em relação a esta situação, especialmente com a complexificação da questão posteriormente, ainda que a postura de controle possa ter prevalecido inicialmente. A mediação antes executada pela posição de capitão e a hierarquia indígena interna, passa a ser mais complexa, com o cacique, lideranças indígenas, FUNAI e MPF, tendo este último o papel de voto minerva. Sendo assim, mesmo que em uma nova condição, mediada, a empresa passa a assumir papel análogo à antiga chefia de posto juntamente com o MPF, centralizando o controle do uso do recurso na instância do Comitê-Gestor, de um ponto de vista indígena. Nas reuniões, então, lideranças indígenas passam a usar estratégias de negociação e tentativas e formas de apropriação do recurso sob lógicas próprias, e de outro lado acusando MPF e COPEL de tomarem o recurso indígena para si devido ao controle e formas definidas de gastos.

Para fundamentação do Programa, após contrataremos, foram consideradas experiências entre outros grupos indígenas, e extensos estudos por duas universidades estaduais, com equipes nas áreas de biologia (botânica e zoologia), geologia, agronomia, economia, administração, nutrição, veterinária e zootecnia, direito e antropologia, com coordenação de antropólogos. Apenas em 2012 os resultados foram apresentados à comunidade. Os principais projetos ainda deveriam ter seus *projetos executivos* elaborados através de um segundo convênio ou contrato a ser realizado pela COPEL.

Demandada abertamente pelo menos desde os 1990, estabelecida em 2006, a indenização não tinha, até 2012, implementados projetos

com as características pretendidas em seu objeto. A comunidade, porém, não ficou passiva frente a este cenário. Após demandas das lideranças no Comitê, foram implementados alguns projetos chamados de ‘emergenciais’ na comunidade.

Formas de (não) sustentabilidade

No contexto das lutas sociais dos anos 1980, surgem as preocupações ambientais e as possibilidades de futuro para a ‘humanidade’ diante de mudanças em termos globais provocadas pela civilização industrial. Neste contexto, como apresenta Ribeiro (1992), a *sustentabilidade* ou *desenvolvimento sustentado*, termos surgidos neste período, podem ser caracterizados como uma nova ideologia e utopia organizativa. Têm como base a especulação e racionalização do passado e do presente para proposição de um futuro controlado, voltado às gerações vindouras. Possui, portanto, uma concepção de tempo bastante específica e de objetificação da ‘natureza’ iguais ao do desenvolvimentismo, com uma pressuposição e fé na racionalidade de agentes econômicos. Nesta linha temporal e espacial estabelecida, bastante influenciada pelo romantismo e com uma racionalização que remete a termos da esperança positivista, atribuiu-se aos indígenas genericamente um suposto conhecimento harmônico e não-destrutivo da natureza, sendo um dos agentes privilegiados, portanto, para o direcionamento de uma harmonia dos processos econômicos, políticos e sociais (e, acrescento, *naturais*), que poderiam ser compatibilizados. Atribuímos aos outros algo que gostaríamos de ter para nós mesmos, de acordo com ideologia de certas parcelas de nossa sociedade, alterando para tanto, por operações semióticas, noções indígenas. Tais noções, porém, são ao mesmo tempo apropriadas por lideranças indígenas, em sua estratégia de luta por direitos e manutenção de suas sociedades.

Souza Lima & Barroso-Hoffman (2002) apontam que a formulação do *etnodesenvolvimento* veio a se contrapor justamente a projetos desenvolvimentista de perfil autoritário formulados e implantados principalmente a partir dos períodos ditatoriais no Brasil, consoli-

dando, inclusive, uma área de crescente atuação antropológica. Proposto por Stavenhagen, não seria relacionado a fatores indicativos de *progresso* e sim a proposição de que uma etnia deteria o controle sobre suas próprias terras, seus recursos, sua organização social e sua cultura, sendo livre para negociar com o Estado e estabelecer relações de seu interesse (Azanha 2002), ainda que tenha também relacionada uma *relação equilibrada* com o ambiente. No entanto, já nos anos 1980 o termo acabou sendo relacionado de maneira simplista ao desenvolvimento sustentável. Assim, não fica absolutamente claro o que está se entendendo e propondo quando se afirma a sustentabilidade, especialmente no âmbito das práticas efetivas decorrentes. Sendo assim, a implantação de modelos de projetos com caráter desenvolvimentista-sustentáveis pode resultar em nova forma de imposição de modelos econômicos, ao invés de se direcionarem a este *etnodesenvolvimento*, de caráter autônomo. Isto dependerá fundamentalmente da maneira como se coloquem tais alternativas e as realidades históricas, sociais e cosmológicas das comunidades, na interrelação com os não indígenas⁸.

No caso da TI Apucarana, uma das principais formas de trabalho na comunidade é a agricultura, haja vista a forma de colonização implementada. A produção é voltada tanto para alimentação básica como para venda. Ela se dá através do sistema de coivara ou com uso de maquinário da comunidade em terras mecanizadas, com técnica predominante de gradeamento. Destaque-se novamente que desde a restrição territorial a manutenção do Posto foi feita com o arrendo e exploração de recursos naturais. Com o arrendamento tornando-se proibido a partir dos anos 1980, criou-se uma situação estruturalmente conflitiva, uma vez que a alternativa que antes mantinha a possibilidade de restrição territorial indígena e alterou formas de relações internas, tornou-se crime, especialmente quanto tomada pela iniciativa indígena, mas a reversão da restrição territorial não é tornada urgente, pelo contrário, sendo cada vez mais um desafio. Uma estratégia perversa de colonização que empurra o indígena ‘não assimilado’ à ‘criminalidade’.

Alternativas a isso, porém, são bem-vindas também por indígenas. Com a interrupção do apoio da FUNAI a projetos agrícolas acirraram-se as demandas por projetos oriundos da indenização. Estes projetos privilegiaram o modelo coletivo de produção. Este modelo tem como base a utilização de maquinário e mão de obra indígena através do pagamento de diárias. O produto colhido é distribuído pela chefia para toda a comunidade, independente do direito de uso particular da terra anterior⁹. Modelo similar ao utilizado pelo SPI nas TI da região e às roças coletivas apoiadas anteriormente pela FUNAI. Posteriormente, estes projetos passaram a considerar os donos indígenas, pagando-lhes porcentagem da venda da produção.

Foram realizados projetos emergenciais anualmente. Diferentemente do modelo de agricultura que está presente na maior parte do arredor da TI, tais projetos inicialmente foram feitos sem o uso de agrotóxicos, exigindo grande mão de obra para capinagem. Isso encarecia a produção e levava a negociação do número de diárias a serem autorizadas pelo Comitê-Gestor do Fundo, bem como atrasos ocorridos em seu pagamento. Também havia queixas de que as diárias estariam abaixo do valor de mercado da região. A concessão de diárias pelas lideranças era motivo de questionamento por representantes da empresa no Comitê, tendo em vista sua concessão pela chefia indígena chegando a superar mais de três vezes do número autorizado nas reuniões em uma das safras.

Alguns plantios foram perdidos por serem tomados por mato, atrasos no plantio geraram perdas na colheita. Uma safra inteira de vasoura colhida¹⁰, em galpão na aldeia, foi queimada, aparentemente de forma intencional. Uma safra de mandioca foi avaliada negativamente no mercado por supostamente conter mandioca brava misturada.

Passou a ser evidente entre os indígenas a insatisfação com o modelo de gestão do recurso instaurado e a procura por desviar dele, a despeito de todo o rigor estabelecido no TAC. As lideranças da comunidade mais envolvidas com o processo tinham uma visão muito crítica sobre a forma de uso do recurso, principalmente por não

conseguirem gerir e gastar o dinheiro da maneira que desejavam. As críticas eram diretas tanto em relação a membros do MPF quanto da empresa. Tendo como foco a sustentabilidade, vários projetos apresentados eram “mais pelo meio ambiente”, como caracterizou o então vice-cacique em entrevista a mim, criticando tal enfoque e defendendo o modelo de produção agrícola já conhecido da comunidade, algo hegemônico entre principais lideranças entrevistadas, as quais eram também das famílias que mais tinham terras suas no interior da TI, conforme a centralização político-econômica que se estabeleceu ao longo do confinamento nas terras restritas.

As tentativas de controle dos gastos fora dos modelos de projetos de sustentabilidade previstos e que tardavam a ser implementados em sua forma final, levava à visão de que o recurso da indenização não era realmente da comunidade, mas sim do *mediador*, não mais do *gestor*, isto é, da empresa. Mesmo assim, pressões para gastos diversos acabavam tendo sucesso, sendo financiados, por exemplo, festas da semana do índio e campeonatos de futebol, medidas vistas pelas próprias lideranças como formas de “acalmar os índios”. Além de outras formas de apropriação do dinheiro através de custeios diversos.

Estas formas de apropriação dos recursos são um dos elementos fundamentais à própria manutenção da chefia, ao promover apropriações fortalece seu poder diante dos mediadores e daqueles que são vistos como ‘donos’ ou controladores deste recurso. Um modelo de relações que novamente remete às antigas formas de relação com o chefe de posto. A pressão sobre estes mediadores é tanta que levou ao afastamento dos mediadores. O MPF deixou de intervir tão diretamente das discussões, e a COPEL alterou a forma de relação com os indígenas, tendendo brevemente a uma possível aproximação. Mas as tensões não acalmaram, tendo a funcionária responsável sentido pressões indígenas no sentido de apropriação de suas agências e assim logo se mudou de Tamarana a Curitiba, aumentando distâncias, ao mesmo tempo em que se abre a possibilidade de maior interlocução para adequação dos projetos aos desejos indígenas.

Dos projetos ‘sustentáveis’ despontavam desentendimentos sobre o que seria a coletividade indígena e suas formas de organização. O engenheiro não indígena contratado reclamava que as ‘brigas’ dos índios atrapalhavam os projetos. Ele tentava mostrar a importância do trabalho em grupo, de “um ajudar aos outros”, com um referencial de pessoa ocidental, na figura do funcionário autônomo com seu trabalho também racionalizado. Desconsiderava as formas de ajuda mútua existente entre os indígenas, dada por posicionamentos dependentes de política e parentesco, algo que o projeto não conseguia articular, ou os recolocava de outra maneira, desconsiderando a rede de relações entre ‘funcionários’ e não ‘funcionários’, e sua correlação de parentesco e política, e um sentido de retorno ao ‘coletivo’ que remetia ao que se propunha em tempos de cantina e trabalhos forçados.

Um bom exemplo disso era a criação de galinhas. Recebidas as galinhas, para a sustentabilidade do projeto, os indígenas deviam retribuir em pintinhos, algo que contraria a lógica de dádiva. Faz retribuir a um ente abstrato e ‘dono’ do recurso, não personificado, à exemplo do Posto Indígena, pagando por algo que já tinham recebido dele. Em uma das aldeias, resolveram comer metade das galinhas em refeições coletivas e doaram o restante, voltando cada um a cuidar de suas próprias galinhas, nunca tendo retribuído os pintinhos.

Devires da política indígena

Não era difícil então fazer remeter a utilização deste recurso às formas passadas de relação com o branco, que são continuamente contestadas. Se os indígenas ficavam com a visão de que não conseguiam fazer o que queriam com o dinheiro, outros integrantes do Comitê demonstravam também a visão de impositividade das lideranças nas reuniões, validando inclusive uma possível leitura similar à apresentada por Gordon (2003) sobre os Xikrin-Mẽbêngôkre e sua postura guerreira e predatória sobre os brancos gestores da Companhia Vale do Rio Doce evidenciadas nas reuniões. Juntamente a isso, a discurso de vitimização apresentado pelas lideranças, pode ser lido como estra-

tégico, juntamente e em contraponto com a atitude guerreira, como aponta José Antônio Kelly (2005) entre os Yanomamis.

Podemos ver estas duas posições como relacionadas a duas posições em relação ao outro, que não são excludentes, ainda que usadas alternadamente. De um lado podemos ver uma posição de apropriação desejada sobre as agências do outro, com um perfil ora negociador, ora mais plenamente guerreiro, expresso ou de maneira ritualizada em eventos ou na maneira impositiva das posições nas reuniões ou ainda nas tensões nas relações pessoais com os mediadores envolvidos. Ela também é expressa na forma de apropriação, pelos ‘desvios’ resultantes de demandas e alterações indígenas da proposição original do projeto. Chegando afinal à discussão de uma possível nova revisão do TAC retirando sua pressuposição de sustentabilidade.

De outro lado, existe uma posição de recebedor da dádiva de uma forma hierarquizada na forma de *potlach* (Mauss 2003). Neste caso, entendido haver um recurso conseguido à custa do sofrimento da comunidade como um todo, com destaque para mulheres e crianças, a dádiva não deve ser retribuída, mas sim gasta de maneira agonística. Isto era expresso por vezes de maneira declarada por alguns, outras vezes visto por lideranças como algo que tinha também riscos à própria comunidade.

Entre estas duas posições, podemos ver historicamente a abertura ao outro como elemento guia das ações indígenas. Assim, vencida a perspectiva plenamente guerreira através da indicação de possíveis benefícios de uma aproximação mais branda, ainda que não menos apropriativa, temos posições de negociação visando que esta apropriação fortaleça a autonomia indígena, algo que é, da parte dos colonizadores, continuamente refreado através de estratégias de controle, através de distâncias e burocratização.

As tensões indígenas frente a isso foram grandes, inclusive com movimentos de retomada de terras e disputas faccionais internas que resultaram em uma ruptura interna que levou anos a ser amenizada (Cimbaluk 2013). À medida que o gasto do recurso foi sendo possível

pelos ‘desvios’, nem toda tensão foi dissipada, mas houve a possibilidade de pagamentos diversos que faziam com que fosse reforçado o papel da liderança, esta se mantivesse estável, em negociação contínua com a empresa que restou como intermediária na gestão do Fundo. Até o presente, porém, a revisão e estudo dos limites de terras tiveram poucos avanços.

Neste contexto, projetos que permitem distribuição de diárias e, sobretudo, a manutenção de postos de trabalho remunerados são vistos como positivos para a liderança, pois uma vez que a ela cabe o controle e seleção de quem as receberá, e ainda promovem formas de distribuição de salários e alimentos, fazem com que se possam fortalecer as maneiras de estabilização da chefia, com a tendência de enfraquecimento de grupos de oposição faccionais e dispersão territorial. Não obstante, o afluxo de recursos pode também fortalecer dissidências e novas lideranças, buscando apropriar-se de recursos e beneficiar mais diretamente outras parcelas da comunidade.

Ainda assim, permanece uma visão que víamos desde os primeiros projetos de autossustentação que tentaram ser implantados entre os Kaingang da região, com os alambiques. Desde a negociação do TAC lideranças indígenas estiveram abertas à proposta da ‘sustentabilidade’, ainda que o que se fazia com esse conceito fossem coisas distintas. A demora na implementação dos projetos, resultados negativos vistos neste período em projetos emergenciais e resultados de menor dimensão quando da implantação dos projetos ‘sustentáveis’, cuja autossustentação parecia, ao fim, inviável ou deficitária. Assim, logo se voltam à alternativa anterior, em modelos próximos às parcerias e arrendamentos adaptados agora à situação legal atual e à existência do Fundo, alternativa, por sinal, sempre defendida por alguns, especialmente aqueles que concentram terras.

Podemos ver, portanto, como uma estratégia indígena de abertura a incorporação de processos e meios produtivos não indígenas vistos como potencialmente mais rentáveis. Tal incorporação pode ser vista como relacionada não apenas aos recursos em si, mas também como

forma de apropriação de agências do Outro dentro de políticas faccionais. Assim, durante os estudos de universidades, com pagamentos de diárias, o entusiasmo com a criação dos projetos podia ser grande. Quando se passa aos modos de controle da execução de projetos, as lógicas não indígenas e dificuldades de apropriação das agências do Outro, tornam as alternativas inviáveis do ponto de vista indígena, caminhando apenas se houver formas de captura, por desvios e pressão crescente sobre funcionários e mediadores, cujas agências passam a entrar em questão, gerando afastamentos, mas também possibilidades de relações mais a longo prazo, entremeadas da produção do parentesco e relações sociais indígenas.

A tutela sustentável

Recorrendo à análise de Souza Lima (1995), caracterizei o estabelecimento e manutenção de um poder tutelar durante a administração centralizada do SPI, e indicando particularidades ao caso do norte do Paraná. Vimos como este autor indica este poder relacionado ao monopólio da mediação e estratégias de articulação desta. Se na década de 1980 acentuam-se movimentos indígenas na região especificada, é preciso notar que se tratam de estratégias integrantes do processo de dominação, como chama a atenção este autor, não descaracterizando o poder tutelar proposto, ainda que a formalização do mesmo tenha sido atenuada com dispositivos da constituição de 1988, na qual a FUNAI perde sua função de representação, abrindo caminho formal para o protagonismo indígena. Entra em cena na questão indígena, o MPF na figura de ‘interventor’ nos processos de demanda indígena.

Dentro do percurso histórico apontado, a questão da usina hidrelétrica entraria no que Souza Lima chama de *butim*, ou seja, o uso do território e força de trabalho indígena, tornando-os mercadorias e bens apropriáveis, de maneira a beneficiar o colonizador. No processo contemporâneo narrado, é marcante a forma de ‘leilão’, como caracteriza a liderança, em que foi estabelecida a indenização, e com ele a tentativa de resolução definitiva do litígio. Não apenas caracteriza-se

a compra, contraposta a uma postura predatória e guerreira indígena, mas mantém-se a empresa na gestão e coordenação do próprio recurso ‘pago’, análogo ao papel da chefia de posto anterior. Desta forma, ainda que o contexto de relações esteja bastante distinto, é possível apontar continuidades. Podemos comparar ao caso de empreendimentos envolvendo o território dos Waimiri-Atroari, analisado por Stephen Baines (2012), apontando para novas estratégias empresariais utilizadas a partir da década de 1980, mantendo-se as empresas na gestão de recursos concedidos a título de mitigação de impactos, e ao mesmo tempo utilizando tais ações para arregimentar as lideranças indígenas e integrá-las a projetos de interesse da própria empresa, passando uma imagem positiva da atuação devastadora desta. Se o Estado não teria mais o monopólio da representação, tendo sua ação cada vez mais dispersa e descentralizada, empresas passam a ocupar o mesmo papel, com posturas autoritárias e disciplinadoras.

No caso da indenização tratada aqui, vemos a complexidade da questão quando o MPF é chamado como intermediador. Não é possível caracterizar aqui a atuação como sendo autoritária, simplesmente. No entanto, definiu-se, afinal, critérios muito estritos e distantes da realidade da comunidade, e suas lógicas de relação. São multiplicadas oficinas e reuniões em todas as fases, procurando fazer-se ouvir as partes interessadas, com propostas inovadoras para a gestão ambiental e agrícola. Antropólogos também foram se multiplicando. Mas várias das propostas encontradas nos projetos esbarram e contrariam formas de organização e ontologia indígenas, sendo adaptadas ou fracassadas. Em verdade, é quando os projetos fracassam que parece que dão mais certo, redundando nas apropriações indígenas que os ‘desviam’, contra o modelo positivista de racionalidade e previsibilidade dos projetos e sua autossustentação.

Tomada a perspectiva indígena, a visão tutelar parece se reproduzir em seu imaginário, pela percepção da continuidade das estruturas de relação especialmente no que diz respeito à impossibilidade de uso imediato do recurso e às alternativas econômicas colocadas. Por outro

lado, mesmo algumas lideranças reconheciam que seria problemático o repasse de todo o recurso à comunidade, pois isso poderia gerar a compra indiscriminada de bens, em especial veículos automotores, em condições ruins e inflacionadas, à exemplo do que ocorrera em outras TI. E, uma vez definida a destinação aos projetos, fica clara a intenção da chefia de centralização do controle dos recursos, o que reforçaria seu próprio grupo político atual, considerando a nova condição da chefia pós-contato. Isto é barrado pelos impedimentos burocráticos e administrativos criados no decorrer do processo, incluindo uma noção de democratização do uso do recurso. Neste sentido, a liderança se vê frente a problemas de sua autonomia, similares aos datados dos projetos do SPI, dentro de um processo com visão clara de democratização. Chega-se à visão de que o dinheiro acaba sempre na mão dos brancos. E quando isso se intensifica, aprovam-se projetos emergenciais, liberações de recursos para outros fins, ‘acalmando os índios’, e assim garantindo a posição da mesma chefia política, bem como a perpetuação da tensão da relação entre chefia e brancos, e ainda reforçando o papel da própria chefia frente aos brancos. Contribui-se também para a sua perpetuação enquanto centralizadora, já que é preciso representação frente a aparelhos de Estado, estabelecendo-se diálogo e assim algum tipo de aliança (cujo ápice seria a assinatura dos TACs). No entanto, reforça-se uma chefia e ao mesmo tempo retira dela os subsídios de sua manutenção, ou seja, os recursos conseguidos que deveriam ser repassados à comunidade de alguma forma.

O mecanismo do Comitê-Gestor também acaba sendo um espaço para ambiguidades. Por um lado, mantém-se através dele a responsabilidade da empresa frente ao uso do território, no entanto, ao fazer isso, a empresa também se mantém como um agente com expressão política, representada em seu direito a voto, ou seja, um agente negociador direto frente à liderança indígena, e frente ao qual esta é obrigada a fazer insistentes demandas para ver reverter o recurso à comunidade. Sendo que a afirmação constante do controle também

permite o sentido da predação simbólica, com a apropriação guerreira das agências do Outro como mote da ação política indígena.

O órgão mediador, neste caso não mais a FUNAI, que teria o papel apenas de acompanhar o processo, mas o MPF, acaba por ter uma posição repleta de dificuldades, levantando justamente a problemas similares do primeiro órgão, mesmo que procure escapar deles. Este mediador, por mais complexo papel colocado, e por mais atencioso que seja frente à questão indígena, com a presença de antropóloga a apoiar as ações do procurador responsável, é preciso destacar que é também um mediador de Estado, ou seja, mediador que quer tornar formais as relações, quer controlar a legalidade, que minuta termos de acordo, trabalhando, portanto, nestes *processos*, no mesmo sentido da promoção de estatização. Busca-se o estabelecimento da estabilidade dos poderes. Trabalha conjuntamente no sentido da submissão aos meios burocráticos que buscam impedir a ação do outro na relação específica formalizada a não ser de forma previsível e prevista¹¹, ainda que se proponha por diversas vezes a reformular a formalização, frente aos complicadores que a cada passo se multiplicam. Destaque-se aí, como decorrentes, o embate direto com a temporalidade indígena e agrícola além da própria forma de relação com a chefia, reforçando poderes determinados na comunidade e seus interesses não homogêneos. Com esta mediação, mesmo não querendo centralizar ações, busca formar o consenso, e afinal dá a voz final quando preciso. Assim, acaba sendo empoderado pelos próprios indígenas.

A amplitude dos estudos diagnósticos e propositivos de projetos para a comunidade faz ressoar concepções de que afinal os indígenas não sabem gerir os ‘meios produtivos’, o dinheiro e tampouco seu ‘ambiente’ e seu tempo, buscando racionalizá-los, ainda que de maneira bastante mediada. Antropólogos não faltaram aos estudos, mesmo que nem sempre tenham conseguido bem dialogar com as demais equipes, e por vezes também divergindo entre si. Por mais que a participação indígena tenha sido garantida durante todo o processo, e tenham sido ouvidos mais ou menos atentamente por cada equipe

de pesquisadores, além de terem que lidar com interesses indígenas diversos e contraditórios, resta aqui e ali ainda com um certo imaginário de índio, cuja indicação já produzi brevemente alhures através da análise do discurso acadêmico em oficinas com indígenas (Cimbaluk 2012). Trabalha-se, afinal, com determinado entendimento do que seja sustentabilidade e com planejamentos abstratos visando a racionalização do meio ambiente e processos produtivos.

O índio não é mais tido como categoria transitória, e a ele pode ser atribuída a característica do sustentável enquanto harmônico com o ‘ambiente’, a ‘natureza’. Na proposição de projetos é preciso articulação racional complexa do trabalho e do ambiente. No entanto, a realidade indígena se impõe e as discussões da indenização conviveram com um reavivamento das demandas por revisão dos limites de sua reduzida terra, elemento, afinal fundamental para a melhoria de vida e perpetuação social indígena.

Sem uma revisão da política indigenista de restrição territorial, tratar-se-ia de suposta e enganosa sustentabilidade para o ambiente, não para a comunidade indígena, traduzindo a postura de algumas lideranças indígenas. Reitera-se os problemas decorrentes de outra temporalidade e racionalidade, dos termos jurídico-burocráticos, da sociedade da *pacificação*. Neste sentido, conflitos internos de uma comunidade sempre serão ‘problema’, empecilho ao bom sucesso do trabalho e às previsões feitas, e, por outro lado, qualquer projeto, seja ele ‘bem’ ou ‘mal’ sucedido, sempre será questão a mais às disputas entre os indígenas, como forma de apropriação das agências do Outro. Enquanto isso, continuamos nos apropriando do *butim*.

Notas:

¹ Versão prévia deste trabalho foi apresentada no 38º Encontro Anual da Anpocs, 2014, constando em seus anais.

² Formalmente a área é uma Reserva Indígena, conforme termos do Estatuto do Índio, sua adequação e proposição como Terra Indígena nos termos da Constituição

de 1988 é algo ainda por ser realizado. Utilizarei também a denominação Apucaraninha, usual para se referir à comunidade.

³ Uso aqui *kanhgág* como pronome e Kaingang como nome.

⁴ A COPEL é uma empresa de economia mista controlada pelo governo do Estado do Paraná.

⁵ O projeto da UHE São Jerônimo prevê potência de 331MW, com a construção de barragem a apenas três quilômetros a jusante da foz do rio Apucaraninha, limite atual da TI Apucarana, alagaria segundo projeto inicial 660,65ha desta e ainda 28,61ha da TI Mococa (Helm 1998). Já se previa a condicionante da outorga referindo-se ao art. 231 da CF, pelo impacto direto em terras indígenas.

⁶ A UHE Mauá (361MW) foi construída por consórcio das empresas COPEL e Eletrosul (Consórcio Cruzeiro do Sul). Fica a cerca de 40km da Aldeia Sede da TI Apucarana, em linha reta, a montante no rio Tibagi. A Usina foi licenciada pelo órgão ambiental estadual, contrariamente ao que diz a legislação caso se considerasse o impacto em terra indígena, desviando os impedimentos enfrentados na década de 1990. A inclusão posterior de um PBA indígena foi exigência da FUNAI e MPF. Ao regular a vazão do rio, a usina seria fundamental para a implantação das demais projetadas. Apesar de esta compensação pela nova usina ser quase contemporânea ao recebimento da indenização pela UHE Apucaraninha, irei aqui me voltar principalmente às ações relativas à indenização recebida pela comunidade referente a esta última, já que os processos ocorreram de maneira bastante distinta.

⁷ Os termos *intermediação* e *acompanhamento* foram retirados dos próprios documentos firmados.

⁸ Assim também é o caso da implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), instituída através do Decreto 7.747/2012, que procurou estabelecer princípios gerais que incluem a recuperação, conservação e uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas, prevendo participação e autonomia indígena.

⁹ As áreas de plantio possuem donos indígenas, com direito de uso estabelecido com base no destocamento da área, podendo ser negociado entre os indígenas e sendo transmissível geracionalmente.

¹⁰ O cultivo de vassoura é destinado à comercialização, já ocorrendo antes dos projetos em questão.

¹¹ Os dois TACs assinados pretendem encerrar qualquer litígio futuro, afirmando que os valores pagos a título de arrendamentos e compensação não seriam mais objeto de contestação a qualquer título e tempo pela comunidade indígena, e estabelecendo multas a empresa e comunidade em caso de descumprimento, incluindo multa para a comunidade em caso de paralisação da atividade de geração pela Usina. Os TACs são irrevogáveis e irrevogáveis, obrigando as partes e seus sucessores. Querem estabelecer, portanto, uma temporalidade baseada na ideia de permanência e eternidade estatal.

Referências:

- ALMEIDA, Ledson. 2004. *Análise Antropológica das Igrejas Cristãs entre os Kaingang: Baseada na Etnografia, na Cosmologia e no Dualismo*. Tese de Doutorado. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.
- AMOROSO, Marta R. 1998. *Catequese e evasão. Etnografia do aldeamento indígena São Pedro de Alcântara, Paraná (1855-1895)*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- AZANHA, Gilberto. 2002. "Etnodesenvolvimento, mercado e mecanismos de fomento: possibilidades de desenvolvimento sustentado para as sociedades indígenas no Brasil". In SOUZA LIMA, A. C. & BARROSO-HOFFMAN, M. (eds.). *Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma nova política indigenista*, pp. 27-39. Rio de Janeiro: Contra-Capa /LACED.
- BAINES, Stephen. 2012. "As usinas hidrelétricas na Amazônia: o indigenismo empresarial e a insustentabilidade de grandes hidrelétricas em Terras Indígenas". In ZHOURI, A. (ed.): *Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais*, pp. 98-121. Brasília: ABA.
- BRASIL. 2002. Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Município de Londrina. Termo de Ajustamento de Conduta. Inquérito Civil Público nº 02/01. Londrina.
- _____. 2006. Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Município de Londrina. Termo de Ajustamento de Conduta. Inquérito Civil Público nº 02/01; Procedimento Administrativo PRM/LDA nº 1.25.005.000204/2001-65. Londrina.
- _____. 2010. Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Município de Londrina. Termo Aditivo ao Ajustamento de Conduta celebrado em 1º de dezembro de 2006. Inquérito Civil Público nº 1.25.005.00832/2006-55. Londrina.
- CIMBALUK, Lucas. 2012. *Mediações sustentáveis? Estudo de caso de uma indenização a comunidade indígena*. Trabalho apresentado na 28ª Reunião Brasileira de Antropologia, São Paulo-SP.
- _____. 2013. *A Criação da Aldeia Água Branca na Terra Indígena Kaingang Apucarantina: 'política interna', moralidade e cultura*. Dissertação de Mestrado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná.
- FERNANDES, Ricardo Cid. 2006. "O '15' e o '23': políticos e políticas Kaingang". *Revista Campos*, 7(2):27-47.
- GORDON, César. 2006. *Economia Selvagem: ritual e mercadoria entre os índios Xikrin-Mebêngôkre*. São Paulo/ Rio de Janeiro: Editora UNESP/ ISA/ NUTI.
- HELM, Cecília. 1998. *Laudo Antropológico. Povos indígenas da Bacia do Tibagi – Kaingang e Guarani – e os projetos das usinas hidrelétricas Cebolão e São Jerônimo*. Curitiba: CNIA/COPEL.
- KELLY, José A. 2005. "Notas para uma teoria do 'virar branco'". *Mana*, 11(1):201-234.

- LAROQUE, Luis F. 2000. *Lideranças Kaingang no Brasil Meridional (1808-1889)*. São Leopoldo: Unisinos.
- MAUSS, Marcel. 2003. "Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas". In: MAUSS, M. *Sociologia e antropologia*, pp. 185-314. São Paulo: Cosac Naify.
- MOTA, Lucio. 2014. "A presença indígena no vale do rio Tibagi/PR no início do século XX". *Antíteses*, 7(13):358-391.
- NOVAK, Éder. 2017. *Os kaingang do Apucarana, o órgão indigenista e a Usina Hidrelétrica do Apucarantina*. Tese de doutorado. Dourados: UFGD.
- PERRONE-MOISÉS, Beatriz. 1992. "Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)". In: CARNEIRO DA CUNHA, M. (ed.): *História dos Índios no Brasil*, pp. 115-132. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP.
- RAMOS, Luciana. 2008. *Vénh Jykré e Ke Há Han Ke: Permanência e Mudança do Sistema Jurídico dos Kaingang no Tibagi*. Tese de Doutorado. Brasília: UNB.
- RIBEIRO, Gustavo. 1992. "Ambientalismo e desenvolvimento sustentado, nova ideologia/utopia do desenvolvimento". *Série Antropologia*, 123:1-36
- SANTOS, Silvio. 1973. *Índios e Brancos no Sul do Brasil, a dramática experiência dos Xokleng*. Florianópolis: EDEME.
- SOUZA LIMA, Antônio C. 1995. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- SOUZA LIMA, A. C. & BARROSO-HOFFMAN, M. 2002. "Questões para uma política indigenista: etnodesenvolvimento e políticas públicas, uma apresentação". In SOUZA LIMA, A. C. & BARROSO-HOFFMAN, M. (eds.). *Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma nova política indigenista*, pp. 7-28. Rio de Janeiro: Contra-Capa /LACED.
- TOMMASINO, K. & MOTA, L. 2006. Povos indígenas no Paraná: dilemas do século XXI. Trabalho apresentado na 25ª Reunião Brasileira de Antropologia, Goiânia-GO.
- TOMMASINO, Kimyie. 1995. *A história dos Kaingang da bacia do Tibagi: uma sociedade Jê Meridional em Movimento*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo.

Indemnity to Indian People, Indigenist Policies and the Paradigm of 'Sustainability'

Abstract: This article aims to discuss the 'sustainability' as a concept introduced in projects that exists due to a hydroelectric enterprise indemnity to a *kanhgág* indigenous community in the north of Paraná state. It brings an historical reading of economic and land projects that were implemented through centuries of colonization and their consequences. Seeks, in other hand, to highlight indigenous perspectives regarding these

projects, discussing and contextualizing these perspectives in the midst of the difficulties faced in the current proposals that seek to improve and overcome aspects of previous policies, but which come up against the historical conditions outlined by the previous policies that still have their effects.

Keywords: Indemnity, Sustainability, Indian people, Kaingang.

Recebido em dezembro 2020.

Aprovado em outubro 2021.